



DIÁRIO DE CAMPO: UMA AULA PARA ENTENDER A LUTA CAMPESINA E O PROJETO DO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI/CE

Jamira Lopes de Amorim; Linconly Jesus Alencar Pereira; Katson Fernandes

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – jamira.lopes@ufersa.edu.br

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – linconly.jesus@ufersa.edu.br

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA - ktsonitau@hotmail.com

Resumo: Este trabalho constitui-se como um relato de experiência a partir de três aulas de campo no Acampamento José Maria do Tomé situado no território da Chapada do Apodi/CE. Elegemos como objetivo central compreender os modos de organização comunitária por meio do trabalho coletivo e a importância da atuação dos Movimentos Sociais nestes espaços. Buscamos ainda elencar as relações entre a Educação do Campo no Brasil e suas interfaces no processo de luta pelo território, entendendo este como campo de ação e poder. No lastro das reflexões sobre a Educação situamos a Educação do Campo como um paradigma atentando ao fato de que os paradigmas não podem ser compreendidos como entidades metafísicas e deste modo, são produto das condições materiais e do tempo histórico onde se encontram inseridos. O avanço das fronteiras agrícolas tem sido cada vez mais presente no campo brasileiro a exemplo de grandes produções de monoculturas configuradas pelo agronegócio. No entanto, este avanço depara-se com iniciativas de resistência protagonizadas pelos Movimentos Sociais, que defendem um modelo de produção pautado nos princípios da agroecologia respeitando o homem e a mulher do campo, a terra e as relações de trabalho justas. Com base no método histórico dialético realizamos inserção na literatura pertinente buscando movimentar as categorias teóricas adequadas à leitura da realidade em tela.

Palavras-chave: Agronegócio, Educação do Campo, território.

INTRODUÇÃO

O presente escrito tem como objetivo apresentar experiências vivenciadas em três aulas de campo por nós ministradas na Licenciatura Interdisciplinar em educação do Campo (LEDOC) do *campus* de Mossoró/RN. Na disciplina “**Métodos de Organização e Educação Comunitária I**” realizamos visitas ao Acampamento José Maria do Tomé, na Chapada do Apodi entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Destas visitas fizemos a sistematização dos dados observados e buscamos suporte na literatura pertinente, buscando realizar deste modo um exercício de práxis educativa.

As aulas ocorreram em parceria com o Programa de extensão **Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana**, coordenado



pela professora Dra. Sandra Gadelha da Universidade Estadual do Ceará – UECE. As atividades foram desenvolvidas num espaço de ocupação, resistência e luta pelo território na cidade de Limoeiro do Norte/Ce¹. Importa sublinhar que, no Vale do Jaguaribe e em especial na cidade de Limoeiro do Norte o modelo do agronegócio tem sido largamente implantado e expandido há pelo menos duas décadas gerando conflitos agrários, prejuízos ambientais e danos à saúde da população. Como afirmam Carvalho e Mendes (2014, p.45):

O modelo econômico brasileiro adotado nos últimos quinze anos está em sintonia com a globalização e o neoliberalismo hegemônicos das últimas três décadas no cenário internacional... É nestas bases que o agronegócio – grandes empresas agropecuárias – associado ao mercado financeiro e impulsionado pelo estado se torna a referência econômica das políticas agrícolas no Brasil, em detrimento da agricultura familiar...

Na direção do que afirmam os dois autores supracitados, concebemos as lutas empreendidas na região do Vale do Jaguaribe como parte de um longo processo histórico ligado à reforma agrária no Brasil, bem como, parte expressiva de um processo educativo dos trabalhadores e trabalhadoras “que com suas bandeiras e pés nas alpercatas caminham em seus sonhos na esperança de pisarem numa terra justa e num chão espiritualmente humano.” (MAIA, 2008, p.3).

O referido território encontra-se em conflito, onde estão em disputa dois projetos de mundo – um voltado ao agronegócio, pautado na “Revolução Verde”, no contexto do neoliberalismo e outro baseado na agricultura familiar agroecológica e de resistência. As problemáticas em curso no espaço analisado estão inseridas propriamente na dinâmica da história do Brasil. Elas remontam a divisão arbitrária desse território, configurada nas chamadas sesmarias, que originaram-se como parte de um projeto colonial europeu e que atualmente, sob novas facetas vem dizimando vidas e gerando prejuízos ambientais incalculáveis.

O objetivo das aulas de campo ministradas na Chapada do Apodi pautou-se em compreender os modos de organização de base comunitária em torno de interesses coletivos, a luta por território, a importância da atuação dos Movimentos Sociais e as formas de resistência à produção alimentar baseada no modelo do agronegócio.

¹ Limoeiro do Norte, cidade situada na Microrregião do Baixo Jaguaribe no estado do Ceará, distante 198 km da capital Fortaleza. Segundo Indicador demográfico do IBGE – censo de 2005, Limoeiro do Norte possui pouco mais de 55 mil habitantes. O município tem 78 comunidades rurais



Utilizamos como caminho metodológico para sistematização da aula e das categorias teóricas adequadas o método histórico-dialético, ou nas palavras de Netto (2011, p.22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável- é apreender a essência.

Ainda com vistas ao horizonte de aplicação do método dialético em Marx, entendemos que para tal aplicação se faz necessário prezar pelos três pilares fundamentais do pensamento marxiano, quais sejam: o método dialético (não apenas como artifício retórico); a perspectiva de revolução, ou seja, a defesa de que é necessário a supressão da estrutura burguesa e por fim a teoria do valor-trabalho. Nesse sentido buscamos desvelar as relações de exploração do trabalho na Chapada do Apodi/CE por meio do agronegócio e a resistência camponesa, a partir de sua dinâmica e estrutura, considerando como objetiva a realidade em que o Movimento 21 está inserido no contexto da luta contra o modelo destrutivo do agronegócio. Buscamos o amparo na produção bibliográfica produzida pelo campo científico na perspectiva contra-hegemônica.

A inserção em campo, por meio de observação participante e diário de campo deu-se a partir de aula de campo realizada na disciplina de Métodos de Organização e Educação Comunitária I² e análise de documentos concernentes ao desvelamento deste objeto, fizeram parte dos caminhos desta análise.

1.1 Diário de campo: uma aula para entender a luta campesina e o projeto do agronegócio na Chapada do Apodi/CE

A Educação do Campo constitui-se atualmente no Brasil como um paradigma da educação, diferenciado da Educação Rural historicamente produzida pelas políticas educacionais brasileiras. O paradigma de Educação Rural, segundo Fernandes e Molina (2004) teve importante ascensão no Brasil a partir de 1923 com o 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, neste marco histórico o que se buscou desde então foi produzir uma educação para os pobres do campo e da cidade a fim de garantir o desenvolvimento do país e colocá-lo no mapa do desenvolvimento econômico mundial.

Cumprir registrar que a diferença mais básica entre esses dois modelos de educação, a Educação Rural e a Educação do Campo, é que a Educação do Campo forjou-se por meio de uma ~~luta por educação pública de~~ luta por educação pública de qualidade, voltada para os contextos do campo, atrelada a um projeto

² Esta disciplina faz parte do componente curricular da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – LEDOC.



de desenvolvimento territorial. Ainda no tocante às características próprias da Educação do Campo observa-se que esta tem como marca diferencial da educação rural os espaços onde é produzida e construída e os sujeitos que protagonizam este processo.

Desde 1997 quando o termo Educação do Campo passou a ser cunhado por diferentes autores, este se deu em decorrência de um acúmulo de experiências que passaram a dimensionar a compreensão de que uma educação para os sujeitos do campo precisaria passar por uma discussão sobre território, tendo em vista que a luta por terra e Reforma Agrária são motes cruciais da Educação do Campo. Albuquerque (2013) considera que neste momento atual da História, em que o Estado e a educação encontram-se mundializados é importante não esquecer que os Movimentos Sociais que cumprem um papel confrontacional não devem abandonar as teorias educacionais revolucionárias gestadas na luta pela superação do capital.

A Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC) no campus de Mossoró/RN teve suas atividades iniciadas em dezembro de 2013, contando atualmente com mais de trezentos alunos matriculados no curso. Sua proposta curricular encontra-se alinhada com as políticas específicas para as populações do campo, buscando garantir aos sujeitos camponeses o direito de permanecer em seu lugar, com acesso ao ensino de qualidade.

Os dados mostram que, atualmente no Brasil diferentes instituições de Ensino Superior têm incorporado em sua estrutura de ensino as Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOC's), com a finalidade de formar professores para atuar em escolas públicas do campo, além de formar profissionais para atuar em diferentes processos de educação formal e não formal. Nesse sentido, Molina e Hage (2015) afirmam que há no Brasil 41 licenciaturas voltadas para formar professores do campo. Os autores identificam tensões entre a matriz teórica demandada pelos Movimentos Sociais e a política hegemônica assentada nas orientações dos Organismos Internacionais. Essa tensão se mostra, sobretudo, no campo das teorias que basilar a Educação do Campo atualmente, tanto no âmbito do currículo da Educação Básica como no campo do currículo da formação de professores.

Fernandes e Molina (2004) consideram a Educação do Campo como um paradigma. Com base em Kuhn os autores explicam paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas e que fornecem problemas e soluções para as questões da comunidade científica”. Não apenas porque as instituições de ensino superior vêm oferecendo uma formação na área da



Educação do Campo, observa-se de acordo com Fernandes e Molina (2004) que, há ao longo das últimas duas décadas uma construção teórica que vem se consolidando na comunidade científica.

Cumpramos registrar que, concordamos com os autores supracitados quando estes consideram a Educação do Campo um paradigma e atentamos ao fato de que um paradigma não pode ser entendido em si mesmo como uma entidade metafísica. Ou seja, não se pode entender um paradigma descolado das bases materiais onde este é produzido.

Nesse sentido, não é apenas a mudança de um paradigma que garantirá a superação de um modo de produção como é o capitalismo na sua fase atual. A necessidade de transformação radical do modo de produção vigente se coloca nas mais diversas facetas da exploração do trabalho. Nas aulas de campo por nós ministradas observamos elementos importantes no que diz respeito o papel radical que a Educação do Campo pode operar com vistas às práticas emancipatórias e o desvelamento das relações de exploração do trabalho operadas pelo agronegócio.

Não obstante, as disputas pelo projeto adequado de educação que atenda às necessidades e os direitos da classe trabalhadora, constituem apenas uma parte de um longo processo de tensões onde distintos projetos de desenvolvimento do território estão em cena. As pesquisas no âmbito da educação do campo no Brasil têm evidenciado que o agronegócio constitui uma atividade presente em vários espaços no Brasil e o nordeste tem especiais condições para o desenvolvimento da atividade do agronegócio. Além das condições climáticas, a relação de convivência entre o Estado e a classe empresarial e política, figurada pela bancada ruralista tem significado sérios retrocessos para a agricultura familiar e para a sobrevivência das populações do campo.

A partir de aulas desenvolvidas num espaço de ocupação, resistência e luta pelo território na comunidade José Maria do Tomé, decidimos sistematizar e compartilhar com a comunidade científica análises que, em nosso entendimento, podem contribuir para o esclarecimento sobre as diferentes pedagogias que operacionalizam a Educação do Campo no Brasil, de modo especial, no semiárido nordestino.

O nordeste brasileiro não está fora do mapa do agronegócio, sendo uma das regiões com especiais condições para o desenvolvimento acelerado do agronegócio. Mais especificamente tem-se visto as regiões da Chapada do Apodi no Ceará, área limítrofe com o estado do Rio Grande do Norte, conforme estudos realizados por Carneiro *et al* (2012) evidenciam que desde o começo deste século seis grandes empresas instalaram-se na região com o fim da exploração agroeconômica. A



Chapada do Apodi situa-se na região do Baixo Vale Jaguaribe, que tem características geoespaciais com condições como baixo custo da terra, disponibilidade de água, fragilidade das instituições na proteção ambiental, fragilidade da organização dos trabalhadores e elevado nível de pobreza e vulnerabilidade social.

No contexto das disputas por território e preservação das culturas e modos de vida locais, no dia cinco de maio de dois mil e quatorze, um total de 1072 famílias ocuparam parte do território da Chapada do Apodi. A ocupação significou também uma resposta ao abuso das multinacionais e, sobretudo, uma resposta ao assassinato do ambientalista José Maria³ morador da comunidade do Tomé, no município de Limoeiro do Norte, na região do Baixo Vale Jaguaribe. O ambientalista foi assassinado com 25 tiros em 21 de abril de 2010⁴, fato que culminou, junto à ação dos movimentos sociais, na reação ao uso intensivo de veneno, à desapropriação de terras e à exploração do trabalho.

O processo de ocupação se deu articulado aos Movimentos Sociais, sendo estes: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos agricultores (MPA), Associação de moradores do Tomé, Sindicato de funcionários públicos de Limoeiro (SINTSEM), Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade – junto a setores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Laboratório de Estudos do Campo (LECAMPO) da Universidade Estadual do Ceará - UECE⁵.

O conjunto de entidades e sujeitos coletivos acima mencionadas passaram a denominar o Movimento 21, que assim se nomeou em razão do assassinato do ambientalista José Maria do Tomé, no intuito de não deixar calar a sua voz e garantir a produção de uma ciência voltada para a emancipação dos oprimidos, do campo e da cidade. Nosso interesse de pesquisa tem como foco a ação do M21 e sua importância na produção de saberes e práxis educativas no contexto de resistência ao agronegócio.

O processo de resistência a esse modelo vai se caracterizando aos poucos como necessário e urgente, uma vez que o adoecimento das populações vem configurando um problema

³ José Maria conhecido como “Zé Maria do Tomé” era um ambientalista que denunciava contundentemente a concentração fundiária na região do Baixo Vale Jaguaribe

⁴ O fato teve repercussão internacional e nacional, tendo sido produzida uma reportagem no programa de televisão Conexão Repórter do SBT com a apresentação de Roberto Cabrini. A reportagem completa encontra-se disponível no youtube intitulada de: “As viúvas do veneno”.

⁵ No âmbito da extensão universitária vêm sendo desenvolvidas ações por meio do Programa “Educação do campo, escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”, sob a coordenação da professora Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho.



de saúde pública e ainda, as conflitualidades entre camponeses e representantes do agronegócio têm gerado um processo violento e de criminalização dos movimentos sociais envolvidos na luta contra esse modelo econômico.

Compete ainda destacar que o processo de exploração das terras e uso abusivo de agrotóxicos têm gerado um problema de saúde pública, tendo aparecido nos últimos anos diversos casos de câncer e destacadamente casos de abortos “espontâneos” e má formação dos fetos devido à exposição indiscriminada de moradores (as) ao agrotóxico. Entendemos assim a pertinência e o papel pedagógico dos movimentos sociais nesse contexto, ainda atentando para elementos da destrutividade do capital como uma face perversa e regressiva da crise estrutural do capital.

1.2 A quem atendem os interesses do agronegócio? Educação do Campo para quê?

Os argumentos apresentados pela política oficial no Brasil, bem assim pela iniciativa privada, de que o agronegócio é um setor lucrativo para o país parece configurar o que Carvalho e Mendes (2014) com arrimo em Leher denominam de lógica neodesenvolvimentista. O que se evidencia desse processo é a lógica destrutiva dos modos de vida e culturas locais, que se opera para a implantação do agronegócio no campo. Segundo Carneiro *et al* (2012, p.13):

Durante o ano de 2010, por exemplo, foram utilizados nessas lavouras e nas pastagens 828 milhões de litros de agrotóxicos (produto formulado), sendo os mais utilizados os herbicidas (60%) – em função do crescente uso de sementes transgênicas², inseticidas (20%), fungicidas (15%) e outros tipos (5%). Agrava este cenário o fato de que, de entre os 50 ingredientes ativos mais utilizados, 22 são proibidos na União Europeia.

Especificamente na Chapada do Apodi Freitas (2010) argumenta que há duas empresas atuando na manutenção da expansão da fronteira agrícola capitalista, sendo estas a Fruta Cor – empresa nacional produtora de banana e mamão -, e a transnacional *Del Monte Fresh Produce Ltda*. A presença destas empresas se faz por meio de garantias dadas pelo próprio Estado, seja na isenção de impostos, seja na fragilidade quanto às vistorias acerca do uso de equipamentos de proteção dos trabalhadores e omissão quanto à preservação do meio ambiente, o que se faz por uma política local de conveniência com empresários. A Fruta Cor por exemplo, segundo Freitas (2010) não possui CNPJ, uma vez que é registrada em nome de pessoa física. Nesse lastro, quanto à mundialização da economia Chesnais (2000, p.8) observa que:

Um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas ditas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

“intragrupos”, entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal. Estas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas. Elas não se efetuam no “mercado”, mas no espaço privado interno dos grupos, e são faturadas a “preços de transferência” internos, fixados sobretudo de modo a escapar o quanto for possível do imposto.

De acordo com Freitas (2010, p.4) é necessário “ter clareza da existência de duas formas de desenvolvimento no campo brasileiro: o agronegócio e o campesinato”, portanto, a suposta inevitabilidade do agronegócio e sua positividade funcionam tal qual a neutralização do termo globalização, que circula no meio social como algo bom e necessário. Nesses termos, o lócus de nossa atividade situado no interior do Ceará, na Chapada do Apodi região de fronteira com o Rio Grande do Norte tem sido palco de conflitualidades e tensões na luta entre esses dois projetos. A flexibilização da produção, a expansão do setor de serviços bem como a revolução tecnológica colocam em cena novos componentes no mundo do trabalho tais como a terceirização, o reemprego, o subemprego, a precarização do trabalho em amplas dimensões e, o desemprego em escala global.

Estas configurações explicitam a face da crise estrutural do capital. Segundo Istvan Mészáros, filósofo húngaro e pensador do marxismo, em sua obra *Para além do Capital*, a crise do sistema capitalista nos moldes atuais, não pode ser entendida como uma crise cíclica, conjuntural ou periódica, tal qual as crises anteriores aos anos setenta do século XX, a exemplo da crise de 1929, este tipo de crise tem como característica um caráter dramático, mas sempre passível de resoluções dentro da própria lógica de funcionamento do sistema.

No caso da crise estrutural, esta tem caráter “não explosivo” e segundo Mészáros (2011, p.40) possui quatro aspectos fundamentais: “caráter universal”; “escopo global”; “escala de tempo permanente” e “modo gradual de desdobramento”. Nesses termos com base no autor ora referenciado, Antunes (2008, p. 14) explica que “o sistema de metabolismo social do capital tem seu núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado”, sendo necessário romper com esses três polos, uma vez que o sociometabolismo do capital é incontrolável e destrutivo.

Dentre as dinâmicas da incontrolabilidade e da destrutividade vale chamar atenção para destruição ambiental em escala global, e que por consequência emana a própria vida humana. A produção e o financiamento de armas de guerra, o consumo de objetos supérfluos, e ao mesmo tempo o uso de agrotóxicos na produção de alimentos revelam o lado mais perverso do processo de globalização e mundialização do capital, vez que a exploração e precarização do sobretrabalho colocam a nu a natureza regressiva desse modelo econômico.



O projeto capitalista do agronegócio tem sido respaldado pelo Estado e pela iniciativa privada e o projeto alternativo de produção tem sido encampado por Movimentos Sociais que têm atuado na defesa da vida e do meio ambiente, numa perspectiva a favor do ecossocialismo. Mendes *et al* (2014, p.51) sublinham que:

A região do Baixo Vale Jaguaribe no estado do Ceará, sobretudo a microrregião que envolve o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, na Chapada do Apodi é um exemplo concreto e emblemático deste quadro de disputa no campo brasileiro. É sobre este contexto socioeconômico e político, de relação entre projetos de sociedade e de campos opostos, que emergem contradições e práxis educativas (...)

Emerge deste contexto socioeconômico a presença do Movimento Social do Campo, como resposta à precariedade das condições materiais de milhares de trabalhadores. A atuação de Movimentos Sociais como o Movimento 21 constituído por várias entidades e setores organizados da sociedade configura importante tarefa na defesa dos interesses da classe trabalhadora, conforme Mendes *et al* (2014, p.)

...representa a constituição de um sujeito coletivo, com práxis político-educativa de características peculiares, comprometido com a denúncia das “forças destruidoras” do capitalismo contemporâneo e anúncio de uma práxis política e científica, como é o caso na perspectiva de uma sociedade ecossocialista.

O papel pedagógico dos Movimentos Sociais se coloca quando estes partem para a aplicação real daquilo que defendem enquanto um novo projeto de sociedade, surgem daí de acordo com Carvalho (2006) “pedagogias dos oprimidos”, formas de ruptura com o modelo hegemônico de sociedade. Para enfrentar a crise estrutural do capital é necessário uma mudança estrutural (MÉSZÁROS, 2011) e nesses termos a mudança se faz em longos processos de transição e construção de um novo horizonte. Sabe-se que o Brasil ainda tem à sua frente tarefas civilizatórias, como demarcação de terras indígenas, divisão de terras, entre outras conforme destaca Arcary (2000).

As aulas práticas vêm mostrando seu enorme potencial emancipatório, uma vez que por meio da relação entre teoria e prática os discentes, e não apenas estes, vêm acumulando um conhecimento dialético sobre a realidade. A produção de conhecimentos por meio das aulas de campo em nossa prática educativa tem evidenciado potencialidades importantes no processo de apreensão das teorias por parte dos alunos. E mais, as aulas ministradas em espaços populares têm produzido efeitos significativos para aqueles que o direito à educação de qualidade tem sido historicamente negado. Os sujeitos coletivos do Acampamento por nós visitado são aqueles que nos permitem ilustrar de modo empírico as categorias teóricas em seu constante movimento. Afinal, por



meio das lutas coletivas do campo a cidade também tem aprendido a se organizar. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocupam posição importante no horizonte das lutas na América Latina.

CONCLUSÃO

Para concluir asseveramos que trabalhos de cunho teórico-prático como este precisam ser produzidos cada vez mais, tendo em vista que a classe trabalhadora precisa se apropriar do conhecimento sistematizado, que pode contribuir de forma relevante para o enfrentamento crítico diante dos antagonismos dos modelos de produção. Resistir é necessário, e disseminar o conhecimento produzido através de experiências como a do Acampamento José Maria do Tomé, assim como no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e as atividades realizadas pelo Movimento 21, são iniciativas que fortalecem a luta da classe trabalhadora do campo e da cidade.

Concluimos que a “modernização agrícola conservadora” que vem sendo implementada no estado brasileiro, tem provocado a expulsão de trabalhadores (as) de suas terras e a criminalização dos movimentos de resistência. Esse processo vem se dando de maneira mais acentuada nas últimas décadas, abrindo canais de exploração para grandes conglomerados transnacionais e expansão de *comoditties*. A ofensiva do capital, aliado e legitimado pelo Estado e com forte poder sobre as instâncias jurídicas tem gerado uma contraofensiva dos movimentos sociais, uma vez que no caso de regiões como o Nordeste brasileiro, temos visto movimentos do campo e da cidade se insurgirem na luta pelo direito de plantar e produzir para sua sobrevivência.

A História com suas temporalidades, suas pulsações e seus ritmos vem trazendo às gerações presentes o dever de uma organização coletiva que garanta à humanidade o acesso ao saber elaborado e ao mais elevado desenvolvimento social, cultural, científico e espiritual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. István Mészáros: um breve comentário de “O desafio e o fardo do tempo histórico”. **Política e Sociedade**, Nº 13, outubro de 2008.

ARCARY, Valério. **As esquinas perigosas da História: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista**. Tese. Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 582p. 2000, São Paulo/SP.

CARNEIRO, Fernando; RIGOTTO, Raquel Maria; PIGNATI, Wanderley. Frutas, cereais e carne do sul: agrotóxicos e conflitos. **E-cadernos CES**, 17, 2012: 10-30.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Educação do Campo: Pronera, uma política pública em construção.** (Tese Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2006.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. IN: MOLIN, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (orgs). Por uma educação do campo. Brasília, NEAD, 2004, p. 53-89. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho (2010). *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará.* 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará- UECE, Fortaleza, 2010.

MAIA, Lucíola Andrade. *Mística, Educação e Resistência no Movimento dos Sem-Terra – MST.* Fortaleza: Edições UFC, Fortaleza: Banco do Nordeste (distribuidor), 2008.

MENDES, José Ernandi; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; FREITAS, Bernadete Maria Coelho. O agronegócio na Chapada do Apodí e a atuação de resistência do Movimento 21. *Interface: a journal for and about social movements* Artigo Volume 6 (1): 45 - 73 (Maio 2014)

MENDES, José Ernandi Mendes. CARVALHO, Sandra Maria Gadelha e FREITAS, Bernadete Coelho. Práxis educativa do Movimento 21, **Interface: a jornal for and about social movements**, volume 6(1): 41-73 (Maio 2014).

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. II Encontro de São Lázaro, em 13 de junho de 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.).

RIGOTTO, Raquel M. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. *Revista Pegada – vol.12, n.1, junho/2011.*